



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

TATIANA FERNANDES DE LIMA SERRA

**MULHERES TRANS – UMA LEITURA EXISTENCIAL DO SOFRIMENTO  
PELA DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

BELO HORIZONTE  
2020

TATIANA FERNANDES DE LIMA SERRA



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Especialista em Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Psicologia Clínica:  
Gestalt-Terapia e Análise Existencial

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Giovanetti

BELO HORIZONTE  
2020

Nome: Tatiana Fernandes de Lima Serra

Título: Mulheres Trans – Uma Leitura Existencial do Sofrimento pela Discriminação no Mercado de Trabalho Formal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Especialista em Psicologia Clínica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Madalena Magnabosco

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Julgamento:

150 Serra, Tatiana Fernandes de Lima.  
S487m Mulheres trans [recurso online] : uma leitura existencial  
2021 do sofrimento pela discriminação no mercado de trabalho  
formal / Tatiana Fernandes de Lima Serra. - 2021.  
1 recurso online ( 22 f. ) : pdf  
Orientador: José Paulo Giovanetti.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em  
Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial -  
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Mulheres transgênero. 2.Trabalho. 3.Identidade.  
I.Giovanetti, José Paulo. II.Universidade Federal de Minas  
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III.Título.

# DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que **TATIANA FERNANDES DE LIMA SERRA**, concluiu o **Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-Terapia e Análise Existencial**, com a monografia intitulada: **“Mulheres Trans – Uma Leitura Existencial do Sofrimento pela Discriminação no Mercado de Trabalho Formal.”** realizada no dia 02 de março de 2021. O *Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-Terapia e Análise Existencial* estrutura-se em 03 (três) módulos compostos por disciplinas obrigatórias e optativas. O curso de especialização completo totaliza no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas/aula e 24 (vinte e quatro) créditos, juntamente, com a confecção de um trabalho monográfico orientado por um professor do Curso e defendido perante uma banca examinadora indicada pela coordenação do *Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-Terapia e Análise Existencial*.

Belo Horizonte, 12 de março de 2021



Valteir Ribeiro

Secretário do *Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-Terapia e Análise Existencial*/FAFICH/UFMG

## RESUMO

Este trabalho busca compreender a forma paradoxal de viver uma existência autêntica das mulheres trans e a discriminação sofrida no mercado de trabalho formal. O viver de forma autêntica leva à patologização das identidades das mulheres trans, podendo interferir de uma maneira direta e/ou indireta na sua inserção no mundo do trabalho formal. Levantaram-se questões sobre como a perspectiva da transexualidade vista como doença e a busca pela autenticidade podem impactar suas vidas, potencializando a dificuldade de inserção no mundo do trabalho formal. O trabalho é concebido como uma questão constitutiva da identidade do sujeito. Por fim, apontou-se a necessidade de criação de políticas públicas e a importância da continuidade dos direitos que já foram conquistados, como ponto de maior relevância para a inclusão das mulheres trans no mercado formal de trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres trans. Trabalho. Identidade.

## **ABSTRACT**

This work seeks to understand the paradoxical way of living an authentic existence of trans women and the discrimination suffered in the formal labor market. Living in an authentic way leads to the pathologization of the identities of trans women and may interfere in a direct and / or indirect way in their insertion in the world of formal work. Questions were raised about how the perspective of transsexuality seen as a disease and the search for authenticity can impact their lives, increasing the difficulty of entering the world of formal work. It brings work as a question constituting the subject's identity. Finally, the need to create public policies was highlighted, as well as the importance of continuing the rights that have already been won, as the most relevant point for the inclusion of trans women in the formal labor market.

**Keywords:** Transgender woman. Work. Identity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo 1: EXISTENCIALISMO – UM BREVE CONTEXTO .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 2: PATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 QUANTO À CONCEPÇÃO DE MULHER TRANSGÊNERO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 PROCESSOS DE PATOLOGIZAÇÃO DA MULHER TRANS E INCLUSÃO MARGINAL NO MUNDO DO TRABALHO .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 3: TRABALHO, IDENTIDADE E SAÚDE MENTAL .....</b>	<b>17</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>21</b>

## INTRODUÇÃO

Acredita-se que, devido à grande complexidade do homem, uma das tarefas mais difíceis de se realizar é a sua compreensão dentro das suas dimensões psíquica, espiritual e corpórea, questões que são fundamentais da existência humana.

Diante dos problemas existenciais da contemporaneidade, instala-se um grande impacto sobre a vida psicológica do sujeito, uma vez que se vive a pressão de uma sociedade permeada de imposições e regulamentações normativas. De acordo com Giovanetti (2017), podemos enumerar uma infinidade de sintomas, tais como: depressão, estresse, angústia, desespero etc., que refletem em uma desorganização na estrutura da existência.

O homem, em sua complexidade, difere do animal, pois necessita dar sentido à vida, entretanto, se o sujeito não dá sentido à sua vida, a sociedade ou alguém o fará, dessa forma, vive-se em meio a todas as questões existências de forma superficial. A falta de sentido pode levar às mais diversas manifestações neuróticas. “O sentido pode se expressar por meio do significado que se dá a uma ação, ou por meio da direção, do rumo que se dá à vida” (GIOVANETTI, 2017, p. 17).

Na sociedade contemporânea, as questões existenciais se fazem constantemente presentes, a busca pelo sentido da vida pode estar relacionada ao modo como o sujeito vive ou mesmo na forma como a sociedade impõe. Muitas vezes, a construção do projeto de vida do sujeito é frustrada diante de opressões sociais, sociedade esta que projeta um ideal de vida, família e trabalho. Aquilo que não se enquadra nesse projeto está fadado ao fracasso, sendo assim, mulheres trans não tem seu espaço respeitado por não se enquadrarem no que é esperado delas socialmente.

Entende-se que o trabalho é parte constitutiva do desenvolvimento saudável para a realização do projeto de vida do sujeito, assim, as discussões iniciais produzidas sobre as relações entre trabalho, identidade e saúde mental representam um esforço importante para pensar nas consequências da inclusão marginal de mulheres trans no mundo produtivo, uma vez que essas mulheres vão em busca da sua verdadeira essência e se deparam com uma sociedade excludente.

De acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% da população trans utiliza a prostituição como fonte de renda. Dentre as narrativas apresentadas

por essas mulheres, o reconhecimento pleno enquanto ser humano está ligado à inserção no mercado de trabalho formal, apesar de não ser o único.

Destaca-se que o processo de exclusão familiar, social e escolar de pessoas trans impõe, conseqüentemente, uma falta de qualificação e oportunidades no mercado de trabalho formal, além da discriminação vivenciada no dia a dia, gerando uma exclusão social enfatizada pela marginalização dessa população. A falta de políticas públicas direcionada para mulheres trans carrega enorme dificuldade não só de aceitação no mercado de trabalho, mas na sociedade de forma geral, e elas ficam, por muitas vezes, sem acesso a espaços públicos. Faz-se importante ressaltar a grande violência sofrida por essa população, cuja expectativa de vida é muito baixa.

Dados de um dossiê produzido pela ANTRA nos revela que, em 2020, 71% dos assassinatos dessa população aconteceram em espaços públicos e 72% dos assassinatos foram direcionados a mulheres trans e travestis, profissionais do sexo e que, portanto, são mais expostas à violência. A falta de levantamento de dados oficiais do governo mostra o descaso e o estigma dessas mulheres. A fim de auxiliar na fomentação de políticas públicas, a ANTRA busca mapear, juntamente com outras instituições não governamentais, o levantamento de dados relacionados à violência sofrida por essa população.

Abordaremos, no Capítulo 1, uma breve contextualização sobre o existencialismo, dizendo do seu surgimento em um contexto entre guerras, no qual se fazia presente o sofrimento e a angústia, trazendo um pouco das questões existenciais. No Capítulo 2, falaremos sobre a patologização das identidades trans e dividiremos em dois pontos principais, sobre os quais se falará do contexto histórico das mulheres trans e o enfrentamento perante à sociedade para a inclusão no mercado de trabalho, sendo sua possibilidade reduzida ao trabalho marginal. O Capítulo 3 abordará a visão do trabalho, da identidade e da saúde mental, relacionando à invisibilidade da população trans e à discriminação social no enfrentamento de uma vida com dignidade na sua forma mais autêntica.

## Capítulo 1 EXISTENCIALISMO – UM BREVE CONTEXTO

Abordaremos aqui uma breve explanação sobre o existencialismo, que surge como uma doutrina filosófica em um contexto histórico-cultural entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, fazendo oposição à filosofia clássica. Esse movimento feito por alguns pensadores procurava questionar “quem é o homem?” e não mais “o que é o homem?”. Dentre os principais pensadores considerados existenciais estão nomes, como: Jaspers, Heidegger, da escola alemã, e Marcel e Sartre, da França. Em comum, eles utilizavam a fenomenologia como método de investigação (GIOVANETTI, 2017).

O existencialismo ganha forças exatamente no período entre guerras, pois, justamente neste momento, o sofrimento e as angústias se faziam presentes de forma intensa, e os temas abordados iam de encontro com as reflexões dos existencialistas numa vivência extremamente dolorosa. Segundo Giovanetti (2017), o existencialismo pode ser concretizado por duas características, sendo a primeira a valorização do homem através de todos os filósofos, e a segunda, sobre a qual esses filósofos procuravam descrever o modo concreto de viver do homem, assim, levantando reflexões sobre angústia e liberdade.

Giovanetti (2017) diz que a existência não deve ser entendida no sentido trivial de ser-no-mundo, como simplesmente um ente no meio de outros entes. *Ex-sistere* deve ser compreendida como *ex* = “fora de” e *sistere* = “ter sua postura”, portanto, existir é ter sua postura fora. Sendo assim, a existência diferencia-se de um comportamento totalitário de outros entes, uma vez que o destino é um processo individual. Este processo está sempre em desenvolvimento, através de escolhas e decisões, podendo levar a um descontentamento consigo mesmo.

Do ponto de vista existencial, existe um devir que move a vida, uma força maior. O ponto de partida do viver se faz importante para entender seu desenvolvimento, as questões existenciais, o Ser no mundo, a liberdade, a angústia, o outro, a temporalidade e o amor que são características da vida humana. Passamos pelo princípio da existência, passado, presente e futuro, e tudo em harmonia se torna realista (GIOVANETTI, 2017).

Através das principais obras de grandes pensadores como Heidegger (2005), que traz, em “Ser e Tempo”, um enorme esforço para analisar a estrutura da Existência, dizendo da existência autêntica e da existência inautêntica. O homem autêntico reconhece a dualidade entre humano e não-humano, já a inautenticidade se apresenta de forma subjetiva e objetiva, sendo a subjetividade levada a vivenciar o que dizem como certo e errado, obedecendo ordens e

proibições sem nenhum tipo de indagação, seguindo de acordo com a preferência da maioria, privando-se da experiência de viver a existência autêntica (GIOVANETTI, 2017).

## **Capítulo 2**

### **PATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS**

Em 2007, surgiram as primeiras movimentações contra a patologização de outras formas de expressão de gênero que escapam do modelo hegemônico. Desde então, houve uma crescente adesão ao movimento contra esse processo e em prol da diversidade de gênero por diferentes grupos, que reivindicam seus direitos de pertencimento e reconhecimento social. Atualmente, há uma movimentação de mais de 100 organizações e quatro redes internacionais na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul, as quais estão engajadas na campanha para a retirada da transexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) e do Código Internacional de Doenças (CID) (BENTO; PELÚCIO, 2012). Essas lutas são importantes para a desconstrução de visões patologizantes, tal como aconteceu em 1990, quando foi retirado da lista internacional de classificação de doenças o termo “homeossexualismo” e, no lugar, foi colocado “homossexualidade”.

No Brasil, em 2014, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se uniram e lançaram a campanha de apoio à luta contra a patologização das identidades trans e travestis. Para o CFP, a transexualidade e a travestilidade não constituem condição patológica. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a campanha pela despatologização trans, em defesa de um mundo não binário. Segundo publicação do CFP, é preciso superar as visões, discursos e práticas que transformam em doença as identidades transexuais e travestis e questionar a visão binária de gênero e sexualidade imposta pela sociedade.

As discussões iniciais produzidas sobre as relações entre trabalho, identidade e saúde mental representaram um esforço importante para pensar nas consequências da inclusão marginal dessas mulheres no mundo produtivo, uma vez que elas vão em busca da sua verdadeira essência e se deparam com uma sociedade excludente.

#### **2.1 QUANTO À CONCEPÇÃO DE MULHER TRANSGÊNERO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS**

Na sociedade ocidental moderna, ainda predomina uma visão binária de gêneros, na qual são esperados comportamentos apropriados aos homens que, historicamente, desde a concepção grega, por meio do pensamento platônico, foram associados à razão, ordem,

disciplina e superioridade; e às mulheres, como depositárias do corpo, das paixões e do afeto, e, por isso, tidas como inferiores, conforme aponta Taylor (2013). Essa visão dicotômica produziu relações sexistas e violentas que contribuiu para a constituição de hierarquias de gênero, com ênfase na dominação masculina.

Nesse sentido, Stoller (1993) salienta que o termo sexo se refere ao aspecto biológico, e gênero remete à construção social da identidade masculina, feminina, transexual, gay, lésbica, bissexual, intersexual, travesti, ou outra forma de constituição identitária do sujeito. Sendo assim, não há uma relação direta entre as características biológicas e a configuração de gênero.

No entanto, esse tipo de visão maniqueísta, que se observa no contexto ocidental, gerou estereótipos que segregam pessoas que não se enquadram nos gêneros feminino ou masculino, como se essas duas fossem as únicas possibilidades de expressão social da identidade. No caso das mulheres trans, que não se encaixam nesse modelo hegemônico, quando se pensa no mundo

do trabalho, na maioria das vezes, elas são inseridas em atividades como prostituição, cabeleireira ou faxineira, podendo representar profissões que possibilitem certa mobilidade social, mas que também podem estabelecer relações degradantes quando são impostas como as únicas atividades permitidas às mulheres trans na sociedade. Diante disso, indaga-se: todas as mulheres trans estão atuando nessas áreas (prostituição, cabeleireira, faxineira) por opção? Ou estão reduzidas a essas áreas de trabalho por uma condição marginalizante do sistema social?

Ao se referir ao termo “trans”, diz-se muito mais do que a uma categoria, e sim de uma terminologia que pode definir o processo de autoidentificação do sujeito, que abrange travestis, transexuais, transgênero e afins. No entanto, essa terminologia não é concebida com único sentido para todos os sujeitos, pois cada sujeito, na sua singularidade, integra níveis emocionais e simbólicos que se articulam de um modo próprio nas suas formas de expressão. Mesmo que o significado para cada grupo identitário possa gerar atributos com certa similaridade, o sentido subjetivo se distingue entre seus participantes (REY, 2003).

Segundo Saadeh (2004), transexual é o indivíduo que nasce biologicamente pertencente a um determinado sexo, mas sente-se, percebe-se e tem vivência psíquica de pertencimento a outro sexo. Já para a terminologia transgênero, no Brasil, ainda não se encontra um consenso quanto à concepção desse vocábulo. Entretanto, para alguns pesquisadores, os termos transexuais e transgêneros são sinônimos. Diante desse impasse, para este estudo, optou-se por denominar mulheres trans todas aquelas que abrangem essas duas referências de gênero.

Contudo, o cotidiano de mulheres trans (sendo este termo utilizado em razão de coerência com o título) é marcado, na maioria das vezes, por incertezas e dificuldades diante

do modelo patriarcal que, ainda, se mostra predominante na sociedade atual, uma vez que a procura por serviços básicos, por exemplo, pode se tornar um desafio que produz situações constrangedoras, tais como: a busca por acesso aos atendimentos na área de saúde, o ingresso na vida acadêmica, bem como a procura por aluguel ou aquisição de crédito, o acesso à instituições que exigem documentos, entre outras práticas sociais, tornando-se experiências que podem gerar sofrimento, tendo em vista que revelam um modo de ser e apresentar-se destoantes do padrão imposto. Dentro desse contexto, a procura pela inclusão no mercado de trabalho também é pautada por barreiras que perpassam a luta para a aquisição de novos documentos, a qual enfrenta morosidade nos encaminhamentos e decisões judiciais, que não são isentas de preconceitos relativos a essa perspectiva de gênero, comprometendo a organização do projeto de vida dessas mulheres. Esses obstáculos acabam reduzindo as escolhas profissionais para esse público.

Frente a esses desafios, de acordo com Saadeh (2004), após alguns movimentos sociais organizados que reivindicam direitos para a população LGBT, já é possível identificar algumas políticas públicas que dão suporte à construção desse processo identitário, no sentido de gerar configurações afirmativas que emancipem a participação social desses sujeitos. Nesse aspecto, segundo o autor, já existem procedimentos disponíveis para ajudar algumas pessoas que enfrentam situações de desconforto para configurar sua identidade de gênero, no intuito de construir uma constituição identitária que seja confortável conforme às suas escolhas. Este tipo de atendimento pode envolver, ou não, alterações de expressão de gênero ou modificações corporais, com acompanhamento de uma equipe interdisciplinar.

Todavia, o processo de diagnóstico realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ainda se mostra lento para a realização dos encaminhamentos necessários, de acordo com a demanda de cada caso. Na verdade, essas iniciativas são tímidas diante das demandas das pessoas transexuais que estão à espera deste processo de adequação de gênero, pois implica em enfrentamentos em relação aos familiares e às redes de convivência mais amplas que, na maioria das vezes, podem resultar em expulsão do ambiente familiar e até em afastamento de pessoas que compartilhavam vínculos afetivos e sociais com esses sujeitos. Esse conjunto de fatores produz vulnerabilidades que podem resultar em interrupções dos estudos e, conseqüentemente, a falta de acesso a empregos, entre outras formas de violência e exclusão social.

De todo modo, apesar dos impasses enfrentados pelas mulheres trans, os processos não acontecem de forma linear, pois cada uma vai constituindo sua configuração identitária por

meio de intervenções distintas tanto no aspecto hormonal, quanto psicoterápico, entre outras alternativas, como salienta a WPATH (Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgênero):

À medida que o campo profissional progrediu, os/as profissionais de saúde reconheceram que, embora muitas pessoas precisem tanto de terapia hormonal como de cirurgias para aliviar a disforia de gênero, outras precisam de apenas uma dessas opções de tratamento, e algumas não precisam de nenhuma das duas (Bockting e Goldberg, 2006; Bockting, 2008; Lev, 2004). Muitas vezes com a ajuda da psicoterapia, alguns indivíduos conseguem integrar seus sentimentos trans no papel de gênero que lhes foi atribuído ao nascer e não sentem a necessidade de feminilizar ou masculinizar seu corpo. Para outras pessoas, mudanças no papel e na expressão de gênero são suficientes para aliviar a disforia de gênero. Algumas pessoas podem precisar de hormônios, de uma possível mudança no papel de gênero, mas não de cirurgias; enquanto outras podem exigir uma mudança no papel de gênero junto com as cirurgias, mas não de hormônios (ELI *et al.*, 2012, p. 4).

Essas breves considerações apontam que as mulheres trans ainda são patologizadas pela sua condição de gênero ao não realizarem o modelo identitário prescrito pelo padrão patriarcal. Sendo assim, no próximo tópico, discutir-se-á como essas intercorrências geram práticas de inclusão precária dessas mulheres no mundo do trabalho.

## **2.2 PROCESSOS DE PATOLOGIZAÇÃO DA MULHER TRANS E INCLUSÃO MARGINAL NO MUNDO DO TRABALHO**

Como foi apontado anteriormente, mesmo diante das adversidades, aconteceram mudanças políticas e sociais importantes em relação à transexualidade, marcadas por lutas contra a patologização, discriminação e práticas de violência. Entretanto, para a Associação de Psiquiatria Americana (APA) e para a Organização Mundial de Saúde (OMS), essas formas de expressão de gênero, ainda, são tratadas como doença. Em 2013, foram realizadas algumas alterações por essas organizações (BENTO; PELÚCIO, 2012), mas não foram suficientes para superar essa concepção de distúrbio fundado em visões binárias da sexualidade humana. Frente a essas barreiras, a WPATH emitiu uma declaração, em maio de 2010, encorajando a despatologização da variabilidade de gênero em todo o mundo (ELI *et al.*, 2012). Nessa declaração, afirma-se que:

(...) a expressão das características de gênero, incluindo as identidades, que não estão associadas de maneira estereotipada com o sexo atribuído ao nascer, é um fenômeno humano comum e culturalmente diverso que não deve ser julgado como inerentemente patológico ou negativo (ELI *et al.*, 2012, p. 4).

De acordo com o DSM V e o CID 10, ainda há critérios específicos para o diagnóstico global de disforia e transtornos de gênero, de acordo com cada fase de desenvolvimento para crianças, adolescentes e adultos. O próprio DSM V informa que essa área é altamente controversa quando se trata de sexo e gênero, uma vez que a disforia de gênero se refere ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado e/ou expresso e o gênero designado de uma pessoa (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Já a Classificação Internacional de Doenças, designada pela sigla CID, fornece os códigos de doenças em que, segundo sua divisão, o transtorno de identidade sexual é classificado de forma semelhante ao DSM-V. Frente a essas normativas, questiona-se o porquê de ainda se observar a presença dessa visão patologizante. Para ilustrar essa perspectiva, seguem abaixo as classificações referenciadas pelo DSM-V e CID 10:

DSM V:

302.6 (F64.2) – Disforia de gênero em crianças

302.85 (F64.1) – Disforia de gênero em adolescentes e adultos

302.6 (F64.8) – Outra disforia de gênero especificada

302.6 (F64.9) – Disforia de gênero não especificada (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 24).

CID 10:

F64 – Transtorno de identidade sexual F64.0 – Transexualismo

F64.1 – Travestismo bivalente

F64.2 – Transtorno de identidade sexual na infância

F64.8 – Outros transtornos de identidade sexual

F64.9 – Transtorno não especificado da identidade sexual (CID, 1998, p. 42).

Diante disso, verifica-se que a perspectiva binária das relações de gênero se configura nas classificações biomédicas, a qual contribui para a patologização das pessoas que se identificam com uma perspectiva de gênero distinta do seu sexo biológico. Nesse ponto, as pessoas que se identificam com o sexo oposto ao seu gênero são inseridas na classificação de “disforia de gênero” ou “transtorno de gênero”, tendo sua condição considerada pela classe médica como uma doença. Esta definição, entretanto, contradiz a liberdade de escolha, o respeito e a conquista dos direitos, bem como cria barreiras para a efetivação da entrada e permanência desses sujeitos no mercado de trabalho formal. Nesse contexto, muitas pessoas trans são facilmente recrutadas para a realização de trabalhos de menor valia social, sendo exploradas e subjugadas, sem acesso às oportunidades de ingresso no mercado de trabalho formal. De acordo com a ANTRA, estima-se que 90% de suas representantes sejam prostitutas (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021).

Essas informações corroboram que a patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos e disforia de gênero”. Ou seja, percebe-se, assim, que há uma mudança de nomenclatura, mas não há uma mudança da visão ética e estética no modo de conceber essa maneira distinta de expressar uma identidade de gênero. A intolerância com a diversidade de gênero se torna ocultada pela mudança de termos científicos que, supostamente, seriam mais brandos, ao considerar que se trata de um transtorno e não de uma patologia grave.

Quando se desloca essa discussão para a inserção de mulheres trans no mundo do trabalho, a situação se torna mais dramática, como foi apontado no tópico anterior, pois passa a representar mais uma barreira na vida desses sujeitos. Esse quadro produz uma condição de subcidadania, uma vez que o trabalho é considerado como atividade constituinte da identidade do sujeito, já que introduz o ser humano nas relações de produção. O reconhecimento social perpassa também pelo trabalho, na capacidade do sujeito de gerar produtos concretos que terão valor de troca na sociedade. Essa possibilidade contribui para o acesso a bens de consumo e transição pelas diversas redes constitutivas das relações sociais.

A patologização do indivíduo reduz sua identidade a um único termo que o desqualifica, tornando-o aprisionado a um rótulo que não consegue ir muito além, pois a identidade de gênero dessas mulheres trans esbarra numa identidade prescrita no mundo do trabalho que atende ao modelo hegemônico. A visão binária do mundo ocidental determina aquelas atividades consideradas femininas e as classificadas como masculinas, embora as lutas desencadeadas pelo movimento feminista, desde a década de 1960, emergiram de questionamentos acerca de posições subalternas destinadas às mulheres e, desde então, foram desencadeadas várias transformações e conquistas de direitos nesse campo. No entanto, quando se trata de uma visão patologizante atribuída às mulheres transgêneros, Bento (2008) aponta que definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva diferente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária, é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo.

Em meio ao combate à discriminação para determinadas identidades de gênero que não estão dentro do padrão binário, o Governo Federal lançou, em 2004, o programa “Brasil Sem Homofobia” que traz como base o enfrentamento à violência e à discriminação contra LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Um dos objetivos do programa tem sido a capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam em defesa

dos direitos humanos e que afirmam o respeito à diversidade nos modos de constituir a própria identidade. Além disso, o programa possui os seguintes princípios básicos:

- A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias.
- A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento LGBT em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta.
- A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p. 11).

Diante dessas ponderações, no próximo capítulo discutir-se-á os possíveis impactos na saúde mental dessas mulheres trans, frente à inclusão marginal ou a exclusão no mundo do trabalho.

### Capítulo 3 TRABALHO, IDENTIDADE E SAÚDE MENTAL

O trabalho representa uma atividade constitutiva do ser humano no seu processo de relação com a natureza e a construção da cultura, de um modo dialógico, no qual essas duas experiências se complementam e se antagonizam ao mesmo tempo, pois produzem tensões entre a transformação e a conservação dessas dimensões. Segundo o pensamento marxista, o trabalho faz parte da construção do sujeito e vai além dos meios para produzir seu sustento, pois gera valor simbólico na sua capacidade de uso e de troca social (CODO, 1997). Sendo assim, o ser humano se realiza nas atividades de trabalho, gerando significado para sua vida pessoal e social, pois o trabalho está presente em qualquer lugar.

Segundo Codo (1997), o trabalho assumiu a forma de mercadoria no século passado, assim que o capitalismo se tornou universal, mas há de se pensar anteriormente, pois não havia uma definição completa sobre o tema. A palavra “trabalho” origina-se do latim *tripalium*, um objeto utilizado na lavoura e que, posteriormente, ganha novo sentido, passando a ser usado pelos romanos como algo para tortura. Pode-se dizer do sentido paradoxal do trabalho na vida do sujeito, seja para dar significado para vida ou visto como uma forma de “tortura” em passar essa vida fazendo algo que não tem sentido ou que não haja prazer. Essa imposição de praticar atividades restritas no campo do trabalho pode levar ao adoecimento, já que, quando o sujeito não se identifica com a atividade que realiza, torna-se estranho a si mesmo, ou seja, um alienado (CODO, 1997).

A concepção de sujeito, muitas vezes, está ligada diretamente na inserção concreta no mundo do trabalho, conferindo a ele valor social juntamente ao coletivo. Diante da sociedade capitalista que vivemos, o ingresso no mundo do trabalho potencializa diversas formas de representações que impactam a subjetividade dos sujeitos, no mundo competitivo e individualista. Segundo Jacques (1997), as qualificações que são exigidas no modo de produção capitalista afetam a identidade do trabalhador, pois introduz o sujeito na hierarquia institucional do seu ambiente de trabalho. Esse processo pode gerar mobilidade social, estagnação ou retirada do sujeito do sistema produtivo.

Pode-se dizer que, para o sujeito, o trabalho é uma atividade por excelência e o modo como esse trabalho é vivenciado transmite significado direto à constituição da sua identidade, apesar de não ser o único modo. As relações de trabalho são constituídas de forma individual e subjetiva, pois cada sujeito reage de maneira distinta, levando em conta a história de vida pessoal, que faz com que, nesse contexto, seja prazerosa ou carregada de sofrimento. O prazer

está relacionado diretamente com a satisfação vivida por cada um, já o sofrimento é dado diante de situações desagradáveis, da não satisfação das necessidades que podem ser caracterizadas por sentidos existenciais, projetos e expectativas de vida. Esse trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento do sujeito, uma vez que as condições possam atender ou não à satisfação pessoal.

A atividade profissional traz particular satisfação quando é escolhida livremente, isto é, quando permite tornar úteis, através da sublimação, pendores existentes, impulsos instintuais subsistentes ou constitucionalmente reforçados. E, no entanto, o trabalho não é muito apreciado como via para a felicidade. As pessoas não se lançam a ele como a outras possibilidades de gratificação. A imensa maioria dos homens trabalha apenas forçada pela necessidade, e graves problemas sociais derivam dessa natural aversão humana ao trabalho (FREUD, 2010 [1930], p. 81).

Diante do exposto, considera-se que a busca pelo prazer no trabalho se faz em face da realidade de um desprazer permanente, sendo assim, o trabalho pode gerar um sofrimento psíquico dependendo das condições oferecidas. Essas questões pontuais nos provocam a pensar nos impactos da inclusão marginal de mulheres trans no mundo do trabalho, já que podem afetar a saúde mental dessa população. A psicologia social e do trabalho necessita comparecer nesse debate por meio de pesquisas e práticas que rompam com visões segregacionistas. Diante disso, transcorrer-se-á as considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do breve estudo que foi realizado, procurou-se ressaltar a grande necessidade de reavaliação e expansão das políticas públicas em defesa do direito de viver a diversidade das identidades de gênero, sem violência e preconceitos. O respeito às diferenças torna-se imprescindível para a construção de um mundo mais justo. O sofrimento vivido por essas pessoas, diante das intolerâncias, não pode ficar invisível para a sociedade. Diante das lutas vividas por essas pessoas para serem aceitas na sua forma mais autêntica, chega-se a um paradoxo entre a busca por essa autenticidade e o sofrimento pela discriminação, enquanto elas buscam viver sua forma mais autêntica, existindo uma barreira social em que há dificuldades de serem reconhecidas e respeitadas.

As perguntas foram surgindo durante o processo de construção deste trabalho e elas estavam carregadas de incertezas, como: o que é ser mulher trans em uma sociedade heteronormativa? Ser mulher é uma condição? Qual a implicação das normas sociais de gênero na vida das mulheres trans? Ser mulher basta? Qual o sentido do trabalho na vida das mulheres trans? Como conquistar a aceitação interna e externa? Como ingressar no mercado de trabalho, quando me vejo “diferente”? Qual o papel da psicologia no enfrentamento às desigualdades de gênero? A psicologia está preparada para lidar com o “diferente”? Como trabalhar a aceitação de mulheres trans na inserção do trabalho formal? As escolas estão preparadas para compreender as mulheres trans? Enfim, essas e muitas outras perguntas foram surgindo de maneira a revelar a amplitude e complexidade acerca deste tema.

Apesar de a grande maioria das mulheres trans estarem rodeadas de limitações onde vivem, de forma muitas vezes subalterna, muitas estão dispostas a lutar para conquistar o devido respeito perante a sociedade. Além disso, precisam fazer valer seus direitos como cidadãs e desconstruir estereótipos que foram enraizados no decorrer da história social de construção da identidade de gênero.

Vale ressaltar o papel da psicologia perante o tema abordado, considerando os aspectos sociais, históricos e comportamentais envolvidos nesta questão. Faz-se necessário, ainda, levantar questionamentos e reflexões na prática científica voltada para esse campo. Acredita-se que o papel da psicologia pode ser relevante no enfrentamento do preconceito contra mulheres trans. Além disso, para que se fortaleçam enquanto coletivo organizado, o apoio dos profissionais da psicologia pode amenizar seus sofrimentos e angústias diárias diante de suas experiências de vida.

Vivenciamos um momento de grande validação de pessoas trans após as últimas eleições que aconteceram no Brasil. Em 2020, houve um crescimento de 275% de pessoas transeleitas, um marco histórico de representatividade e diversidade. Espera-se que o esforço de produzir este trabalho acadêmico possa ampliar as questões levantadas até aqui, com o intuito de retirar essas mulheres da invisibilidade social e de auxiliar no entendimento de suas próprias questões existenciais, a fim de contribuir com o desenvolvimento pessoal em todas as suas dimensões, seja psíquica, espiritual ou corpórea.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento, *et al.* Revisão Técnica de Aristides Volpato Cordioli *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs.). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2008.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Florianópolis: Estudos feministas, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CID-10. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas**. Organização Mundial da Saúde. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CODO, W. Um diagnóstico do Trabalho (Em Busca do Prazer). *In: TAMAYO, et al.* (Orgs.). **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: Estações das Artes, 1997.

ELI, C. *et al.* **Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero**. 7 ed. World Professional Association for Transgender Health (WPATH), 2012.

FREUD, S. **Obras Completas**. O Mal-Estar Na Civilização, Novas Conferências Introdutórias À Psicanálise E Outros Textos (1930-1936). Tradução de Paulo César De Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Volume 18.

GIOVANETTI, J. P. **Psicoterapia fenomenológico-existencial: Fundamentos filosófico-antropológicos**. Rio de Janeiro. Editora Via Verita, 2017.

HEIDEGGER, M. Ser e Tempo: Parte II. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. 13 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JACQUES, M. da G. C. Identidade e Trabalho: Uma articulação indispensável. *In: TAMAYO, et al.* (Orgs.). **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: Estações das Artes, 1997.

REY, F. G. **Sujeito e Subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

SAADEH, A. **Transtorno de identidade sexual**: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino. 279f. Tese (Doutorado em Psiquiatria) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

STOLLER, J. R. **Masculinidade e Feminilidade**. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1993.

TAYLOR, C. **As fontes do Self**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2013.